

TST HOMOLOGA ACORDO COLETIVO DOS EMPREGADOS (AS) DA HU BRASIL E ENCERRA GREVE APÓS 10 DIAS DE INTENSA MOBILIZAÇÃO



Após dez dias de mobilização em todo o país, os empregados e empregadas da HU Brasil (antiga Ebserh) encerraram a greve nacional com a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027. O acordo foi formalizado no dia 8 de abril de 2026, em audiência de conciliação realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, com a mediação da Corte e participação das entidades representativas da categoria, entre elas a Condecef/Fenadsef.

O movimento paredista teve início no dia 30 de março, após o esgotamento das negociações entre trabalhadores e empresa, especialmente diante da ausência de proposta econômica que contemplasse ganho real de salários e do não cumprimento de compromissos firmados em acordos anteriores.

Negociações marcadas por impasse e pressão do calendário eleitoral

As tratativas para o ACT 2026/2027 foram iniciadas ainda em fevereiro, com a apresentação antecipada da pauta de reivindicações pelas entidades sindicais, incluindo os pleitos econômicos, numa tentativa de garantir tempo hábil para negociação antes das limitações impostas pelo calendário eleitoral.

A partir de abril de 2026, com base no que estabelece a legislação eleitoral (Lei nº 9.504/1997), ficaria substancialmente comprometida a possibilidade de concessão de reajustes com ganho real, o que exigia celeridade nas negociações.

Mesmo diante desse cenário, a empresa manteve postura omissiva quanto à apresentação de

proposta econômica concreta ao longo de diversas rodadas de negociação. Reuniões realizadas nos dias 12 e 24 de março, inclusive no âmbito do TST, não resultaram em avanços, e encontros previamente agendados chegaram a ser cancelados pela própria empresa, agravando o impasse.

Diante da ausência de respostas efetivas, a categoria deliberou, em assembleias realizadas nos dias 25 e 26 de março em todo o país, pelo estado de mobilização, que evoluiu para a deflagração da greve nacional no dia 30 de março.

Greve ganha dimensão nacional e mobilização se intensifica

Durante os dias de paralisação, trabalhadores de diversas unidades hospitalares do país se mantiveram mobilizados de forma contínua, com realização de assembleias, atos públicos, reuniões e articulações com entidades nacionais.

No Ceará, a mobilização teve como principal ponto de concentração as chamadas “ilhas” do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará (CH-UFC), reunindo trabalhadores de diferentes setores em um espaço permanente de organização coletiva.

A greve foi marcada por reivindicações centrais como:

- ganho real de salário, diante de perdas acumuladas estimadas em cerca de 26% desde 2014;
- implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS);
- melhorias nas cláusulas sociais;
- valorização profissional e fortalecimento do diálogo institucional.

Com o avanço do movimento, a empresa ingressou com dissídio coletivo no TST, que passou a mediar formalmente as negociações. Durante esse período, foi determinada a manutenção de percentual elevado de trabalhadores em atividade (80%), buscando conciliar o direito de greve com a continuidade dos serviços essenciais de saúde.

Mediação no TST e desfecho do movimento

Nos dias 7 e 8 de abril, o TST conduziu novas rodadas de mediação, nas quais a empresa reapresentou sua proposta, com ajustes em relação às versões anteriores.

A proposta foi encaminhada para deliberação



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 9179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Lucy Mary Matos e Petrônio Soares

Jornalista: Letícia Alves e Júnior Tavares (5050/CE)

Estagiária de Comunicação: Mariah Salvatore
e Guilherme Azevedo.



Tel. Sintsef-CE:
3255.7349

nas bases sindicais em todo o país. No Ceará, a assembleia realizada no CH-UFC deliberou pela rejeição, refletindo a insatisfação de parcela significativa da categoria, especialmente em relação à ausência de ganho real e à falta de avanços concretos no PCCS.

No entanto, no consolidado nacional, a maioria dos estados aprovou a proposta, autorizando a assinatura do acordo e o encerramento da greve.

Principais pontos do ACT 2026/2027

O acordo firmado estabelece:

- reajuste salarial e de benefícios de 100% do INPC, acumulado referente ao período de 1º de junho de 2025 a 31 de maio de 2026 a partir de 1º de junho de 2026;
- manutenção das cláusulas do ACT 2024-2026;
- inclusão de 14 novas cláusulas sociais negociadas;
- em relação aos dias parados haverá 50% de abono e 50% de compensação;
- Data-base de 1º/06/26 a 31/05/27.

Entre as novas cláusulas sociais, destacam-se avanços importantes voltados à proteção dos trabalhadores, como medidas de prevenção e combate ao assédio, garantias relacionadas à maternidade e proteção a trabalhadores em situação de vulnerabilidade, além de melhorias nas condições organizacionais do trabalho nas unidades hospitalares.

PCCS: o principal ponto de tensão da negociação

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) foi, sem dúvida, o tema mais sensível de toda a negociação e o principal fator de insatisfação em diversos estados.

Embora o acordo registre avanços pontuais na cláusula que trata do desenvolvimento na carreira, o PCCS não foi implementado. A empresa informou que o plano não obteve aprovação junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), comprometendo-se a recorrer da decisão e apresentar a tabela do plano em prazo posterior.

Na prática, isso significa que uma das principais reivindicações históricas da categoria segue em aberto. O PCCS é visto pelos trabalhadores como instrumento fundamental para corrigir distorções

salariais, estruturar a progressão na carreira e garantir maior valorização profissional.

A ausência de sua implementação imediata gerou intenso debate nas assembleias, mas o Sintsef-CE garante que esta será uma pauta prioritária para a Condsef/Fenadsef.

Organização da greve em Fortaleza evidencia força da base

Em Fortaleza, o movimento grevista foi marcado por forte organização e participação da base. Durante todo o período, trabalhadores e trabalhadoras estiveram mobilizados nas unidades do Complexo Hospitalar da UFC, mantendo atividades permanentes de articulação, debate e construção coletiva.

Avanço na organização da categoria

Para além da avaliação sobre o que foi conseguido nas cláusulas econômicas e sociais, a greve trouxe um ganho que não pode ser mensurado em índices ou tabelas: o fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores.

O Sintsef-CE desempenhou papel fundamental durante todo o processo, atuando de forma permanente na organização e sustentação do movimento. Foram mobilizados dirigentes, equipes de comunicação e assessoria jurídica, garantindo acompanhamento contínuo das negociações e suporte direto à categoria.

Durante os dias de paralisação, o sindicato estruturou o movimento com a instalação de tendas de apoio, distribuição de lanches, organização de materiais como faixas, cartazes e pirulitos, além de assegurar presença constante nas unidades hospitalares.

Também foram realizadas assembleias, reuniões presenciais e virtuais, orientações jurídicas detalhadas e envio de representantes a Brasília para acompanhamento direto das negociações no TST.

Como resultado desse processo, a entidade saiu ainda mais fortalecida, com a ampliação de sua base a partir da filiação de novos trabalhadores, que reconheceram a importância do sindicato na defesa de seus direitos.

A categoria conquistou, assim, uma vitória que nenhum acordo pode substituir: a consolidação de sua capacidade de luta.



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 9179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Lucy Mary Matos e Petrônio Soares
Jornalista: Letícia Alves e Júnior Tavares (5050/CE)
Estagiária de Comunicação: Mariah Salvatore e
Guilherme Azevedo



Tel. Sintsef-CE:
3255.7349